

## Reino Unido: Supremo ilegaliza custas judiciais em tribunais de trabalho

2017/07/26 - 6:10pm

As custas judiciais para tribunais de trabalho foram introduzidas pelos Conservadores em 2013. O governo britânico terá agora de devolver 32 milhões de libras aos trabalhadores.

As custas judiciais para queixas aos tribunais do trabalho foram declaradas ilegais pelo Supremo Tribunal do Reino Unido, depois de uma queixa apresentada pelo Unison (Sindicato de Trabalhadores da Função Pública do Reino Unido).

O governo britânico terá agora de devolver 32 milhões de libras aos trabalhadores que apresentaram queixas nos tribunais nos últimos anos.

Os Conservadores introduziram custas judiciais (entre 390 e 1200 libras) para queixas nos tribunais de trabalho em julho de 2013. Os efeitos foram imediatos, com o número de queixas a baixar de uma média de 5 mil para 1500 por trimestre.

A queixa entregue no Supremo Tribunal, apresentada pelo Unison, argumentava que as custas judiciais impediam objetivamente os trabalhadores de aceder à justiça.

O acórdão do Supremo tribunal confirma o argumento do Unison e, acrescenta que agregados familiares de baixo ou médio rendimento não tinham capacidade de pagar as custas judiciais sem sacrificar gastos essenciais por períodos prolongados de tempo.

O atual Ministro da Justiça do Reino Unido, Dominic Raab, confirmou que irá eliminar as custas judiciais e devolver o dinheiro a todos os trabalhadores que pagaram custas desde 2013.

Jeremy Corbyn saudou a decisão como uma vitória significativa contra as custas judiciais astronómicas que expulsam os trabalhadores da justiça.

Significant win against govt's sky high tribunal fees which price workers out of justice. Labour would scrap them. Well done [@unisontweets](#) <sup>[1]</sup>  
<https://t.co/g2sqzUX5qZ> <sup>[2]</sup>

? Jeremy Corbyn (@jeremycorbyn) [July 26, 2017](#) <sup>[3]</sup>

Custas judiciais são um "enorme entrave no acesso ao Sistema Público de Justiça"

Em Portugal, o aumento das custas judiciais foi um elemento central da política da anterior ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, uma situação que o Bloco procurou inverter na atual legislatura.

Segundo um projeto de resolução <sup>[4]</sup> apresentado este ano em janeiro, as "principais opções governamentais levadas a cabo nos últimos anos neste setor atribuíram o estatuto de letra morta ao disposto no artigo 20.º da Constituição da República Portuguesa, ou na melhor das hipóteses, colocaram entre parêntesis o seu conteúdo".

O "apoio judiciário integral", que se define como isenção de custas do processo e atribuição de agente de execução e consulta jurídica gratuita, "apenas é atribuído a cidadãos/ãs cujo agregado familiar tenha um rendimento igual ou inferior a três quartos do valor do Indexante de Apoio Social". Ou seja, pouco mais de 300 euros, o que limita o acesso "apenas aos mais pobres dos mais pobres".

Por isso, na discussão para o Orçamento de Estado para 2016, o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou uma proposta para isentar de custas os autores de das ações "em matéria de acidentes de trabalho e de doenças profissionais". Já para a discussão do Orçamento de Estado para 2017, o Bloco apresentou uma proposta para "redução das taxas de justiça cobradas pela constituição de assistente, pela abertura de instrução por parte do assistente e pela impugnação judicial das decisões de autoridades administrativas", parte das quais foi assumida pelo governo.

No entanto, "se não se verificar uma revisão global e estrutural da tabela de custas judiciais atualmente vigentes, permanecerão praticamente intactos os constrangimentos objetivos que excluem um grande número de cidadãos/ãs do Sistema Público de Justiça", pode ler-se no projeto cujo primeiro assinante é o deputado José Manuel Pureza, projeto que ainda não teve acolhimento por parte do governo.

Sobre o/a autor(a):

- Biblioteca
- Agenda
- Jornal Esquerda
- Blogosfera
- Comunidade
- Revista Vírus
- Wikifugas
- Ficha Técnica

---

**Source URL:** <http://www.esquerda.net/en/artigo/reino-unido-supremo-ilegaliza-custas-judiciais-em-tribunais-de-trabalho/49993>

**Links:**

[1] <https://twitter.com/unisontweets>

[2] <https://t.co/g2sqzUX5qZ>

[3] <https://twitter.com/jeremycorbyn/status/890149718189387777>

[4] <http://www.beparlamento.net/recomenda-ao-governo-redu%C3%A7%C3%A3o-das-custas-judiciais>